

Anc

GIVALDO BARBOSA



ANC 88
Pasta 16 a 23
Abril/87
086

Monarquistas de todo o País tentam influenciar a Constituinte

Monarquistas: Brasil precisa coroar um rei

Numa terra como o Brasil, em que há reis para tudo — futebol, baião, carnaval, jovem guarda e o mais que apareça —, só está faltando um rei de verdade. O País tem tradição dinástica, embora a família imperial tenha sido banida logo após a Proclamação da República. A Monarquia persiste no subconsciente coletivo do povo brasileiro. Pode-se implantar uma nova dinastia, até sem hereditariedade e vitaliciedade. É o que pensa um grupo de monarquistas, com contingente maior no Rio Grande do Sul, que tem no deputado Cunha Bueno (PDS-SP) sua "ponta de lança" na Constituinte.

A monarquia no Brasil viria sob a forma de um reino parlamentarista federativo, sendo uma alternativa para que o País consiga o equilíbrio político-institucional rompido desde o golpe militar que implantou a República em 1889. A escolha do soberano, que teria um primeiro-ministro indicado pelo partido majoritário, seria feita pela Constituinte, podendo ser tanto um Bragança — descendente de D. Pedro II — como um político ou estadista. Os monarquistas lembram que de 59 democracias parlamentaristas existentes, 43 são monárquicas. No Brasil, em 98 anos de República, só dois presidentes — Campos Sales e Juscelino Kubitschek — completaram seus mandatos.

VOCACÃO

Os defensores da monarquia no Brasil se organizaram sob forma de entidade em 1978, no Rio de Janeiro, com a criação do Instituto Brasileiro de Estudos Monárquicos. Seus idealizadores preferem falar em restauração ao invés de restauração da monarquia, uma vez que são passados quase 100 anos da Proclamação da República. A maior concentração de monarquistas está no Rio Grande do Sul, segundo o secretário-geral do Ibem-RS, Aldo Borges Campagnola.

A entidade conta com 100 sócios e cerca de 4 mil simpatizantes. Aldo está em Brasília juntamente com Fernando Baptista Bolzoni, do Departamento da Juventude, e Ruf Coutinho Bandeira, representante da entidade em Curitiba. O objetivo do grupo é manter contatos com Constituintes para mostrar que "a democracia não sobrevive apenas na República" e que o regime monárquico é o ideal.

Aldo Campagnola fala da vocação do brasileiro pela monarquia, lembrando toda uma tradição das histórias infantis, onde só se fala de reis. Nunca se ouviu, segundo ele, falar de "uma república distante" ou de que "era uma vez a filha de um presidente". Esta vocação aparece, ainda, na forma com que o público trata seus ídolos, como Pelé, Roberto Carlos, Luiz Gonzaga e outros. Eles são os reis do futebol, da jovem guarda e do baião.

Há quem cogite, diz Aldo Campagnola, em lançar a candidatura de Pelé à Presidência, o que seria rebaixá-lo de rei para presidente. Há uma nostalgia monárquica, lembra Aldo, tanto que no Rio de Janeiro deu-se o nome de Império Serrano e Imperatriz Leo-

poldinense a duas escolas de samba.

Em seu Estado, diz Aldo Campagnola, a idéia do regime monárquico cresce a cada dia. Um panfleto explicando as razões do movimento é disputado nos pontos de maior concentração e cada um que o recebe guarda com o maior carinho. Nele é lembrado que nosso País já foi melhor, mais respeitado e mais considerado. Dizem os defensores da monarquia que trabalho não é fervor, salário não é esmola e honra é um direito de todos.

A partir daí deve-se exigir um sistema de governo onde retorne a responsabilidade, a decência, o respeito ao cidadão e à sua família.

O movimento pró-monarquia não entra no mérito da disputa existente entre os príncipes D. Pedro e D. Eudes de Orleans e Bragança sobre a quem caiba o direito de ser o monarca brasileiro. A família imperial não participa do movimento, embora encare com simpatia, achando que a política deva ser feita pelos monarquistas.

PROPOSTAS

No programa defendido pelos monarquistas estão uma reforma agrária efetiva, legislação trabalhista única para servidores públicos e assalariados da iniciativa privada, regime previdenciário único, aposentadori apenas após os 50 anos, desvinculação dos sindicatos, federações e confederações do Ministério do Trabalho, isonomia salarial, a renegociação da dívida externa em prazo de 25 a 50 anos e a total desvinculação da Igreja ao Estado.

O deputado Cunha Bueno diz não pôr em dúvida a honradez do presidente Sarney, mas lembra que ele, por pertencer a um partido, viu-se impossibilitado de fazer adaptações ao Plano Cruzado para evitar prejuízos ao PMDB às vésperas das eleições. A consequência é que o País foi levado à bancarrota.

Num regime monárquico isto não ocorreria, diz o deputado, pois o soberano seria uma figura neutra, sem injunções políticas, garantindo-se assim a perenidade do Estado. O regime proposto para o Brasil não pode se ligar à idéia de absolutismo pois seria do tipo parlamentarista, a exemplo do adotado na Espanha, Japão, Inglaterra e outros países de grande estabilidade política e institucional.

A monarquia iria representar ainda, segundo seus defensores, um fator de economia para o Estado, já que "reis não se aposentam, deixando assim de ficar pendurados no Tesouro através de pensões".

Outro ponto favorável é um soberano ser previamente preparado como fez Franco na Espanha em relação a Juan Carlo de Bourbon. Os monarquistas se dizem apartidários, achando que o soberano brasileiro tanto pode ser o deputado Lula (PT-SP), o senador Jarbas Passarinho (PDS-PA), para citar exemplo de extremos em termos de ideologia política. Descartam o nome do deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), por "já ter prestado muitos serviços à Pátria, merecendo descanso".